

MP → dado só
(20 FEV) a Fonseca Teneiro
e Bracantura
versão 1.

1. Consideramos que a consolidação do regime político português apela para a responsabilidade de todos nós.

Consideramos o Parlamento como um órgão de soberania em que se deve exprimir não a soberania dos aparelhos dos partidos mas a soberania que reside no povo. Por isso queremos que o Parlamento seja constituído por mulheres e homens capazes de resistirem às tentações da polémica estéril, atentos à vontade dos eleitores que representam, exemplos de dedicação e de honestidade no exercício das suas funções.

Ao mesmo tempo, pensamos que se deve desenvolver, nos locais de trabalho ou de residência, em grupos ligados por uma causa comum ou por uma convergência de interesse, a livre associação das pessoas. São necessárias novas estruturas que valorizem e tornem operativo o poder disseminado na sociedade. É uma exigência da democracia plena, tanto na sua prática como na sua teoria. É esse o nosso entendimento dos artigos 93 e 94 da Constituição.

Entendemos, por isso, que a revitalização do tecido social é uma grande tarefa. Queremos desenvolver os movimentos sociais que, sendo portadores da realidade polimórfica nas suas mais directas aspirações, são, por isso mesmo, lugares do idealismo que conduz à militância generosa e está longe da propaganda ideológica.

2. Entendemos a política como uma dimensão de toda a existência. Não a podemos reduzir ao exercício do poder político nas super-estruturas do Estado ou dos aparelhos de conquista do poder. Vêmo-la em acção no trabalho quotidiano de operários e camponeses, de empregados e quadros técnicos, de criadores de arte e empresários. Vêmo-la exprimindo-se em todas as formas de associação que nascem da comunidade de interesses e objectivos dos vários grupos sociais.





O pluralismo por que lutamos não se situa apenas nem sobretudo na multiplicidade de posições ideológicas. Estamos convictos de que é nas condições concretas - sociais, económicas, culturais, ecológicas - da vida de cada cidadão que se geram as suas genuínas aspirações e se desenvolvem as suas ideias. Na convergência entre cidadãos de condições e interesses afins, criam-se múltiplos círculos de acção que devem ser cada vez mais lugares de poder e lugares de decisão. Trata-se de estruturas culturais porque aí se exprime a capacidade inventiva e realizadora de cada comunidade. Trata-se de estruturas socio-políticas porque através delas podem os cidadãos participar directamente na condução da vida política local e nacional.

3. O país é, sem dúvida, parte de uma crise de dimensões mundiais de que são pontos fulcrais a estagnação e a ineficácia dos esforços para o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional bem como a incapacidade prática das instâncias inter-governamentais funcionarem como reguladoras dos conflitos entre nações. A crise internacional não pode ser evitada. É estrutural, atinge os fundamentos da sociedade industrial e obriga a construir outras premissas. Mas os partidos políticos que constituíram a maioria parlamentar e que tiveram nas mãos o Governo de Portugal desde 1980 agudizaram de forma extrema essa crise no nosso país.
4. Face a um mundo de economia à deriva e de falência objectiva da ciência económica tradicional, os partidos da AD não foram capazes de imaginar novas formas de reorientar a produção, de extrair dos padrões de consumo as conclusões que se impunham, de definir normas e critérios para o exercício das funções do Estado como empresário, conjugando-as com as diversas expressões do mercado, de estabelecer objectivos e estratégias capazes de mobilizar a capacidade empreendedora existente entre nós.

Face ao crescente esmagamento dos países pequenos ou pobres entre as tenazes das grandes potências e ao predomínio de novos colonialismos exclusivamente comerciais em detrimento da defesa dos



valores e direitos humanos , os partidos da AD puseram-nos de joelhos diante dos ricos e poderosos, multiplicaram sem êxito as suas promessas, sempre adiadas, de adesão à CEE, fizeram-nos perder oportunidades históricas de afirmarmos a nossa independência.

Face à diluição cada vez maior da pessoa humana e dos seus direitos na grande máquina da comunicação ^{internacional} ~~local~~, os partidos da AD não defenderam os interesses de cada um dos ~~seus~~ cidadãos, não foram capazes de estabelecer e praticar uma política orientada para a satisfação das necessidades básicas, de forma integrada e coerente, não souberam, ou não quiseram, compreender a prioridade absoluta dos direitos humanos dos portugueses numa política vivida democraticamente.

Face às profundas mutações civilizacionais, que atingem todos os aspectos da vida ^{vão} grande salto do conhecimento, os partidos da AD mantiveram os métodos burocráticos e anacrónicos de funcionamento dos serviços públicos, não foram capazes de aproveitar a riqueza cultural de iniciativas de profissionais ou de voluntários, não souberam coordenar a capacidade científica do país para as questões-fronteira a que ainda estamos a tempo de fazer face.

É grande, por isso, neste momento, a responsabilidade das formações políticas. Delas esperamos uma nova gestão do poder político, a dignificação das instituições democráticas.

4. Queremos alertar para o perigo que existe em reduzir a vida política da nação ao seu travejamento democrático. Esse travejamento é indispensável: é na garantia de que as instituições democráticas seguem as suas leis próprias, se estabilizam e renovam, que se podem assegurar as condições de liberdade e invenção criativa necessárias a cada indivíduo e à sociedade no seu todo.



Ao afirmarmos a importância do voto nas próximas eleições, estamos a afirmar a nossa confiança - que tantas crises e irresponsabilidades pessoais e de grupos têm abalado momentaneamente - no desejo de que os indivíduos e as formações partidárias se dêem como condição de exercício do poder político a dignificação das instituições democráticas nos seus objectivos e nos seus métodos, na sua articulação e na sua prática.

As instituições democráticas que se não orientam nos objectivos e na prática para a efectivação de estratégias coerentes de desenvolvimento esvaziam-se gradualmente do seu significado, tornando-se facilmente instrumento de quem delas se quer servir para proveito próprio ou da sua clientela. Urge, por isso, explicitar de forma integrada o desenvolvimento possível.

A economia cola-se à realidade social. Faz corpo com outros aspectos da vida em sociedade e não pode, por isso, continuar a ser conduzida em função de conceitos já ultrapassados. Exigimos menos abstracção e mais realismo na percepção dos fenómenos sociais. A economia só aí encontra o seu dinamismo e a sua expressão verdadeira. Ela tem que ver com a psico-sociologia, com a linguagem, com as raízes subterrâneas das aspirações do povo e das imagens que os indivíduos captam como portadoras de felicidade e de segurança. É porque toca no âmago das coisas que a economia faz corpo com o exercício da liberdade.

5. Não pode haver neste momento um horizonte ilimitado. Mas pode e deve haver um horizonte claro e sem equívocos para o povo português.

O desenvolvimento que se limita a copiar o que outros países fizeram há 30, 40 ou 50 anos não faz senão aumentar o fosso que nos separa dos países mais industrializados (já que na era da electrónica o avanço não se faz linearmente). Impede-nos de re-



pensar as prioridades da produção. Recusamos as soluções pontuais aparentemente destinadas a criar empregos mas na realidade e a prazo geradoras de dependência e de novos e graves problemas sociais e económicos.

Precisamos não só de definir as grandes áreas de problemas, deixando definitivamente os esquemas de governação obsoletos e ineficazes, mas também encontrar nessas áreas os pontos nevrálgicos onde a convergência dos nossos esforços é imperativa e urgente.

É na medida em que são definidas as áreas de problemas que, numa sociedade verdadeiramente democrática, se reconhecem os agentes sociais de quem depende a sua autêntica e eficaz cabal resolução.

Damos o primado à coerência das soluções a encontrar para os problemas. Essas soluções são necessariamente diversificadas de acordo com as características de cada região e com a vontade expressa pelos seus habitantes. Mas devem integrar-se num todo unificador e equilibrador dessa mesma diversidade. É assim que entendemos ser possível construir um projecto de sociedade - aberto sobre o futuro, multipolar nas suas expressões.

6. Perante uma política que tem perdido credibilidade porque se tem reduzido a meras relações de forças entre grupos, tendências ou mesmo pessoas, afirmamos a importância do compromisso perante os meios técnicos, humanos e materiais. São esses meios que permitem que o projecto de sociedade se vá forjando em todos os lugares onde a nossa responsabilidade colectiva se manifesta.

Reconhecendo embora a dificuldade de ir construindo um tal projecto, afirmamos que ele deve ser o motor das decisões, o elemento determinante na escolha das formações partidárias e dos homens e mulheres que nos hão-de governar.



A esquerda é o lugar privilegiado para a construção de um tal projecto. Cabe às formações que se consideram de esquerda responder à sua vocação própria: a da modernidade das ideias e dos actos contraposta ao conservadorismo, a da plena liberdade das consciências e das inteligências na construção comum contraposta ao monolitismo dos quadros mentais dirigistas, a da deliberada procura de soluções pragmáticas orientadas para garantirem o bem-estar, a segurança e condições de vida consentâneas com a dignidade humana a todos os cidadãos. Porque é assim é que o voto na esquerda, sendo imperativo para os cidadãos como quadro para a sua própria participação e sendo expressão da sua responsabilidade, lhes confere a autoridade de exigirem à esquerda que nos seus programas e nos seus dirigentes seja tecnicamente competente e moderna, seja socialmente comunitária e consensual, seja intelectualmente sagaz e inovadora, seja politicamente íntegra e ousada.

Fundação Cuidar o Futuro